



Contribuições do Consea para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Plenária de 15 de junho de 2011

Foram aprovadas na XXIII Plenária do Consea algumas sugestões aos desafios propostos pela Caisan ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme descrito abaixo:

1. Alterações do texto dos desafios (em vermelho);
2. Criação de novos desafios;
3. Sugestões para a descrição da abrangência do desafio;
4. Comentários gerais por desafio e sobre o Plano.

Alterações no texto dos desafios

1. Construção e consolidação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, adaptada às necessidades alimentares especiais, em todo o território nacional com o fortalecimento do papel da sociedade civil e suas instâncias de controle social.

1.1. Abrangência do desafio:

- destacar a intersetorialidade como caráter fundamental do Plano.
- as estratégias para garantia da SAN e Soberania devem englobar todas as dimensões das obrigações do Estado, quais sejam, o respeito, proteção, promoção, provimento do DHAA.
- contribuir com o estabelecimento de uma cultura de direitos através de ações permanentes de informação e formação em DHAA.
- abordar a construção de competências em relação ao direito.
- abordar o apoderamento dos titulares de direito.
- fomentar o desenvolvimento dos instrumentos de exigibilidade.
- todas as ações devem prever mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas (transparência).

2. Erradicação da insegurança alimentar grave e moderada.

2.1. Abrangência do desafio:

- o foco deste desafio deve ser a promoção da alimentação saudável.

3. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade.

3.1. Abrangência do desafio:

- o foco deste desafio também deve ser a promoção da alimentação saudável.
- enfatizar a questão nutricional, em especial a situação nutricional indígena.
- valorizar as interfaces com a educação, desenvolvimento agrário, desenvolvimento social etc.

3.3. Comentários gerais do desafio

- rever os desafios 2 e 3, pois são consequências do modelo de produção e não desafios do Plano.
- esse desafio requer uma ação intersetorial de modo que o Ministério da Saúde não atue isoladamente.

4. Intensificação do processo de desapropriação para fins de reforma agrária e de reconhecimento, demarcação e regularização de terras/territórios indígenas e quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

4.1. Desmembramento do desafio em dois desafios

- Intensificação do processo de desapropriação para fins de reforma agrária.
- Intensificação do reconhecimento, da demarcação, da regularização e **desintrusão de** terras/territórios indígenas e quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

5. Instituição e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável.

5.1. Proposta de junção do desafio 5 com o 7.

Instituição e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável **com a ampliação da atuação do Estado nos processos de transição para um modelo de produção familiar agroecológico e sustentável de alimentos e de valorização e proteção da agrobiodiversidade.**

5.2. Comentários gerais do desafio

- Considerar a importância do direito ao acesso às sementes pelos povos indígenas.
- Combater a concentração nos diversos mercados relacionados ao abastecimento e consumo de alimentos.

6. Ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade às famílias em situação de insegurança hídrica, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.

7. (Junção com o desafio 5) Ampliação da atuação do Estado nos processos de transição para um modelo de produção familiar agroecológico e sustentável de alimentos.

7.1. Abrangência do desafio

- aumentar a fiscalização e controle sobre o uso de agrotóxicos.
- fortalecer a rotulagem de transgênicos.
- ampliar o uso (começando pelo mercado institucional) de alimentos agroecológicos.
- explicitar que a produção local/regional traz a dimensão da “soberania local” e também da valorização e proteção da agrobiodiversidade, proteção das sementes tradicionais e da água.

8. Ampliação do mercado governamental e privado de alimentos para a agricultura familiar, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e titulares de direito dos programas de transferência de renda com vistas ao fomento do consumo local de famílias e comunidades.

9. Fortalecimento das relações internacionais brasileiras, na defesa dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar, com ênfase na cooperação Sul-Sul.

9.1. Abrangência do desafio:

- explicitar o papel da cooperação Sul – Sul.
- explicitar a necessidade do Brasil ter como parâmetro de cooperação internacional os princípios do DHAA/SAN /Soberania.
- explicitar a necessidade do Brasil implementar todos os compromissos internacionais em relação ao DHAA, com especial destaque para a assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

9.2. Comentários gerais do desafio:

- trazer para o Brasil experiências exitosas de outros países, principalmente de países latinos que apresentam indicadores mais avançados que o Brasil.

10. Enfrentamento das desigualdades **socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero**, das condições de saúde, alimentação e nutrição e de acesso às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

10.1. Abrangência do desafio:

- enfatizar as assimetrias regionais e a necessidade de adoção de instrumentos mais agressivos para a promoção da igualdade.
- incluir na avaliação dos grandes projetos econômicos o seu impacto sobre a SAN, a Soberania e o DHAA.
- fortalecer a dimensão de “proteção” do DHAA que o Estado deve se responsabilizar.
- destacar a saúde indígena.

Novos desafios

1. Conservação da agrobiodiversidade e do seu livre uso pelos agricultores e agricultoras.

2. Revisão dos modelos de produção e consumo de alimentos.

2.1. Abrangência do desafio:

- o modelo de produção deve privilegiar as necessidades humanas e a realização do DHAA.
- fortalecer a produção e o consumo de alimentos que tradicionalmente compõem a dieta brasileira.

3. Controle da desnutrição, das carências nutricionais específicas (anemias, deficiência de vitamina A, distúrbios por deficiência de iodo e outros) e vigilância das morbidades relacionadas ao aumento de peso/obesidade.

4. Reversão do uso abusivo de agrotóxicos.

5. Adequação das políticas públicas à diversidade e cultura alimentar dos povos indígenas.

6. Reformulação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional com base na ampliação e qualificação do conhecimento dos determinantes

da situação de insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas com base em uma metodologia adequada às realidades indígenas.

7. Fomentar o respeito à diversidade temática, regional e étnico-racial nas políticas públicas.

8. Criar um novo desafio sobre a questão ambiental com enfoque na gestão ambiental e territorial, especialmente no que se refere à recuperação de áreas degradadas.

Comentários gerais

- Os desafios precisam incluir os processos e não apenas os resultados esperados no sentido de aprimorar o modo de formulação e execução das políticas públicas.
- Os desafios precisam explicitar as contradições da realidade brasileira, induzindo a um processo de monitoramento dos impactos negativos, como por exemplo, a ampliação das áreas de monocultura, a disputa por espaço entre preservação ambiental e a produção de alimentos.
- Reforçar a reforma agrária nos desafios.
- Reforçar o diálogo entre estados e municípios por meio da descrição clara de suas atribuições nos documentos e nos processos.
- Combater o falso antagonismo entre preservação ambiental e produção de alimentos.
- Necessidade de criação e aperfeiçoamento de mecanismos de controle social dos projetos e programas federais no âmbito local.
- As metas não podem ser apenas quantitativas.
- A intersetorialidade deve ser aperfeiçoada no âmbito local tanto quanto no federal.
- Necessidade de uma interlocução mais direta com as populações mais vulnerabilizadas e com os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Necessidade de diálogo do Plano Nacional de SAN com estados e municípios.
- Necessidade de aperfeiçoamento e ampliação dos programas e ações existentes.

- O Plano Nacional de SAN deve ser exeqüível.
- O Plano Nacional de SAN deve reafirmar o controle social do Sisan nos estados e municípios.
- O Plano Nacional de SAN deve fortalecer o papel da sociedade civil, suas instâncias e fóruns.

Questões ausentes no Plano

- A abordagem sobre o setor da saúde está reduzida no Plano Nacional de SAN, com destaque para a questão da vigilância nutricional.
- É necessário enfrentar os interesses das indústrias de alimentos.
- Ausência de abordagem sobre a anemia falciforme, beribéri e das necessidades alimentares especiais.
- Ausência de aprofundamento do tema de saúde indígena.
- Ausência de valorização da medicina natural e de sementes tradicionais.